

**RELATÓRIO DE
EDUCAÇÃO
FISCAL
2024**



SUMÁRIO

- **Apresentação.....3**
- **Legislação.....4**
- **Quadro Resumo das Capacitações.....5**
- **Organograma.....8**
- **Atividades e Projetos 2024.....9**
- **Sites e Redes Sociais.....15**
- **Mídia e Imprensa.....16**
- **Expediente.....17**

APRESENTAÇÃO

A Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual é responsável pelo Programa de Educação Fiscal do RS (PEF-RS), com forte interação com os Municípios através do Programa de Integração Tributária Estado e Municípios (PIT) com diferentes ações, como realização de seminários, cursos EAD e valorização de projetos pedagógicos sobre a temática Educação Fiscal.

No planejamento estratégico foi definido como missão do Programa de Educação Fiscal “ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária”, o que está alinhado ao previsto no artigo terceiro da Constituição Federal, que define os objetivos fundamentais do Brasil. A Educação Fiscal é um instrumento que nos ajuda a entender a sociedade, a entender o mundo em que vivemos, e inclusive ajuda a nos entendermos como indivíduos na inserção da coletividade.

Em 2024 a equipe da DRCM/RE passou por dois desafios relevantes: a catástrofe climática das enchentes, com interrupção dos sistemas da Divisão por dois meses, com reflexos nos períodos seguintes; e as eleições municipais, com suspensão das atividades presenciais da Divisão nos municípios por três meses em função da legislação eleitoral.

Apesar das limitações, foram mais de 5 mil gaúchos sensibilizados com capacitação em temas da cidadania fiscal, abrangendo atividades como eventos e cursos promovidos pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM). Foram oferecidos 8 cursos em EAD, distribuídos em 20 turmas, e realizados 21 seminários presenciais de educação fiscal em diferentes municípios gaúchos. A participação dos municípios nas iniciativas valeu pontuação no PIT.

Embora tenha ocorrido no final do ano anterior, cabe lembrar, em função da riqueza do conteúdo produzido, da realização do “1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal”, realizado no Teatro da PUC em Porto Alegre. As palestras e apresentações usadas no Congresso estão disponíveis na página do PEF neste [link](#), cuja consulta recomendamos, visando a contínua divulgação de material sobre a temática Educação Fiscal.

Desejamos uma boa leitura!

LEGISLAÇÃO

O Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, regulamentado pela Lei nº 11.930/2003, faz parte do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que visa promover e institucionalizar a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania. Tem como objetivos: prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos, incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos, criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão e promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

Desde junho/2019, quando houve a extinção de todos os colegiados pelo Decreto Federal nº 9.759, de 11/04/2019, o Estado do Rio Grande do Sul passou a integrar o Grupo de Trabalho GT66, criado no âmbito da COTEPE/ICMS, órgão integrante da política fazendária – CONFAZ, através do Protocolo ICMS nº 44, de 29/07/2019 - Confaz, com regulamentação complementar do ATO COTEPE/ICMS 37/19, de 29/07/2019, depois substituído pelo ATO COTEPE/ICMS nº 48, 04/09/2019, dispendo sobre os grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente COTEPE/ICMS. Observadas as diretrizes nacionais do PNEF, cada Estado tem responsabilidade na implementação de ações, definindo suas estratégias de acordo com a realidade regional.

No Rio Grande do Sul, o Estado trabalha o Programa de Educação Fiscal sob o escopo do Programa de Integração Tributária – PIT.

O PIT se desenvolve através de um convênio que prevê cinco grupos de ações operacionalizadas entre Estado e Municípios, entre elas as ações de Educação Fiscal. Instituído pela Lei nº 12.868/2007, tem como objetivo incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo dos municípios e do Estado no crescimento da arrecadação do ICMS.

Entre as ações previstas está a implementação de projetos pedagógicos que tratem de forma transversal os temas da Educação Fiscal no currículo escolar, de forma a promover o desenvolvimento de uma consciência fiscal, um ambiente de conhecimento e valorização dos bens e serviços públicos advindos dos impostos, a concorrência justa entre as empresas pelo combate à sonegação e o controle social do cidadão sobre os recursos públicos.

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES – CURSOS EAD 2024

Cursos	Início	Final	Alunos	Aprovados	%	NSC
TVM - turma 1	06/02	05/03	138	113	82%	9,4
PIT - turma 1	06/02	05/03	142	119	84%	9,3
BNCC - turma 1	14/02	26/03	314	136	43%	9,5
SEPRIM - turma 1	20/02	26/03	99	76	77%	9,1
AIM - turma 1	02/04	30/04	71	41	58%	-
SEPRIM – turma 2	09/04	28/06	59	33	56%	9,1
TVM – turma 2	09/07	06/08	138	104	75%	8,9
BNCC - turma 2	01/04	21/07	248	31	13%	9,3
BNCC - turma 3	15/04	21/07	219	47	21%	9,3
BNCC - turma 4	23/07	29/08	68	24	35%	9,1
BNCC - turma 5	27/08	29/09	115	33	29%	9,5
TVM – turma 3	17/09	15/10	73	61	84%	9,6
TVM – turma 4	05/11	03/12	34	16	47%	9,8
Gestão das Receitas Municipais - turma 01	09/07	06/08	129	69	53%	8,8
SEPRIM – turma 3	13/08	16/09	66	46	70%	9,1
SEPRIM – turma 4	29/10	03/12	117	48	41%	9,2
PIT – turma 2	09/07	06/08	120	58	48%	9,6
PIT – turma 3	29/10	26/11	31	23	74%	9,6
Curso Prêmio Nacional de Educação Fiscal- Candidaturas 2024	01/07	29/07	38	6	16%	9,5
Educação e Cidadania Fiscal - UNIVATES	03/08	30/11	80	26	-	-
TOTAL			2240	1077	59%	9,3
*NSC (Nota de Satisfação do Curso)						

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES – SEMINÁRIOS 2024

Seminários realizados nos municípios gaúchos	Data	Participantes
1º Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha de Três Passos	21/mar	87
Seminário de Educação Fiscal – Estrela	14/mar	72
1º Seminário Regional de Educação Fiscal de Viamão	30/abr	68
4º Seminário Regional de Educação Fiscal de São Valentim	23/mai	79
1º Seminário Regional de Capão Bonito do Sul	13/jun	83
IV Seminário Regional de Educação Fiscal de Poço das Antas	13/jun	51
1º Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha de Salto do Jacuí	18/jun	79
1º Seminário Regional de Educação Fiscal de São Martinho	19/jun	120
Seminário Regional de Educação Fiscal de Planalto	20/jun	63
Seminário Regional de Educação Fiscal de Vera Cruz	24/jun	411
Seminário de Gestão das Receitas Municipais de Caxias do Sul	27 e 28/jun	142
II Seminário Regional de Educação Fiscal de Venâncio Aires	03/jul	204
1º Seminário Regional de Educação Fiscal de Júlio de Castilhos	16/ago	143
II Seminário de Boas Práticas em Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha de Vista Gaúcha	22/out	163
3º Seminário Regional de Educação Fiscal de Vale Verde	23/out	112
4º Seminário Regional de Educação Fiscal de Brochier	12/nov	81
V Semana da Conscientização Tributária e XXV Seminário Paranaense de Educação Fiscal	12/nov	327
1º Seminário Regional de Educação Fiscal e NFG de Santo Antônio do Planalto	27/nov	80
Seminário Regional de Educação de Três Arroios	26/nov	53
1º Seminário Regional de Educação Fiscal de Canoas	28/nov	200
Seminário Regional de Educação Fiscal de Tenente Portela	28/nov	198
		2816

QUADRO RESUMO – DISTRIBUIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS 2024

Tipo de Caderno	Infantil	1º e 2º anos ALUNOS	1º e 2º anos PROFESSOR	3º a 5º anos ALUNOS	3º a 5º anos PROFESSOR	TOTAL
Total de Entregas	10.381	15.865	697	21.321	1.201	49.465
Estoque Disponível	4.619	4.556	642	8.679	799	19.295
nº de Municípios Contemplados	151	171	171	189	189	
% Municípios do RS	30%	34%	34%	38%	38%	

ORGANOGRAMA

DRCM

DIVISÃO DE RELACIONAMENTO
COM CIDADÃOS E MUNICÍPIOS



JOÃO CARLOS LOEBENS

SEPRIM

SEÇÃO DE COORDENAÇÃO DA
PRODUÇÃO PRIMÁRIA



IDALINO GUASSELLI

AIM

SEÇÃO DE APURAÇÃO DO
ÍNDICE DOS MUNICÍPIOS



FABIANO MULINARI

PIT

SEÇÃO DO PROGRAMA DE
INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA



DÉCIO RAUBER

ATIVIDADES & PROJETOS DE 2024



Equipe do PIT promove caravana de educação fiscal para participar de seminários regionais e se apresenta para mais de mil pessoas

A equipe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual participou no mês de junho de sete seminários regionais de Educação Fiscal, reunindo ao todo mais de 1.200 pessoas para tratar sobre temas como educação fiscal, função social dos tributos, Programa de Integração Tributária (PIT), Reforma Tributária e desafios na realização de projetos de educação fiscal alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A série de eventos começou no dia 13 de junho, com dois seminários acontecendo no mesmo dia. Em Capão Bonito do Sul foi realizado o 1º Seminário de Educação Fiscal, com a participação de 137 profissionais vindos de 18 municípios da região, e contou com a palestra dos servidores da Receita Estadual Giane Maria Zago, que atua na DRCM e tratou sobre a educação fiscal nas práticas pedagógicas e os desafios com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os AFREs Pierino Schifino e Idalino Isaco Girardi Guasselli, da Agência de Vacaria, que abordaram temas como a função social dos tributos, o Programa Nota Fiscal Gaúcha e o aplicativo Nota Fiscal Fácil, com ênfase no módulo disponível para Produtor Rural.

Já em Poço das Antas aconteceu o IV Seminário Regional de Educação Fiscal. A quarta edição reuniu mais de 60 participantes de 20 municípios ao longo do dia, com total de cinco palestrantes, e contou com a presença da colega ATRE Tamara Dentee, que esteve presente representando a DRCM e a 13ª DRE de Lajeado.

No dia 18 de junho foi a vez do Município de Salto do Jacuí promover o seu 1º Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha. Foram destacados para os 111 presentes, de 20 municípios, temas como o Programa PIT e a diferença entre Educação Fiscal e a educação financeira pelo chefe da Seção PIT, AFRE Décio Gardel Goecks Rauber, e a importância de projetos de Educação Fiscal pela Analista Tributária da Receita Estadual Giane Maria Zago.

No dia seguinte, 19 de junho, o Município de São Martinho sediou o 1º Seminário de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha, e os colegas Décio e Giane palestraram novamente, desta vez para 110 participantes, de 35 municípios da região. E para encerrar a semana, no dia 20, Décio e

Giane estiveram no Município de Planalto, que sediou o 4º Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha, reunindo cerca de 200 participantes, com representantes de 30 municípios da região.

O Chefe da DRCM, AFRE João Carlos Loebens esteve presente no XVIII Seminário de Educação Fiscal de Vera Cruz, que reuniu 416 pessoas, na grande maioria alunos da rede municipal de ensino, e servidores de 8 municípios da região. A participação de servidores municipais nos seminários pontua na Ação 1.04 do Programa de Integração Tributária (PIT), oferecendo possibilidade aos municípios gaúchos de aumentar suas receitas na distribuição do ICMS.

O último seminário desta caravana foi nos dias 27 e 28, em Caxias do Sul. Os AFREs João Carlos e Décio palestraram no Seminário de Gestão das Receitas Municipais, que reuniu 200 pessoas, de 40 municípios.



100% dos municípios gaúchos participaram do processo de prestação de contas e pontuação do PIT do segundo semestre de 2023

A Receita Estadual (RE) publicou, por meio da Portaria Sefaz Nº 043/2024, a pontuação definitiva relativa ao segundo semestre de 2023 dos municípios que participam do Programa de Integração Tributária (PIT). O Programa visa incentivar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às Prefeituras.

Pela primeira vez foi registrada a participação de todos os municípios gaúchos no processo de prestação de contas e pontuação, visto que em 2023 foi atingido o marco histórico de 100% de adesão ao convênio do PIT ao passo que os municípios que ainda não faziam parte ingressaram no segundo semestre de 2023, período de avaliação em questão. Assim, os dados analisados passam a se referir à totalidade de municípios.

Referente ao desempenho dos municípios, somando os cinco grupos de ações, 125 melhoraram o seu resultado, 193 registraram queda e 179 permaneceram estáveis (com variações de no máximo cinco pontos) em comparação ao primeiro semestre de 2023.

Com isso, o total de pontos alcançados pelos municípios no segundo semestre de 2023 foi de 29.206, número cerca de 2% inferior ao semestre anterior (29.847 pontos).

A pontuação de cada localidade pode ser verificada na [página](#) do PIT no site da RE, assim como a evolução perante os períodos anteriores. Destaque para os 16 municípios que obtiveram pontuação máxima no segundo semestre de 2023: Bagé, Campo Novo, Chiapetta, Constantina, Estação, Fazenda Vilanova, Humaitá, Miraguaí, Planalto, Redentora, Santa Vitória do Palmar, Santiago, Santo Antônio do Planalto, São José do Norte, São Martinho e Três Arroios.

Também estão disponíveis para [consulta](#) os Pareceres de Avaliação dos Recursos Administrativos, que puderam ser apresentados pelas localidades a partir da publicação provisória do PIT, realizada em julho de 2024.

Clique [aqui](#) e confira a Portaria Nº 043/2024, publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de agosto de 2024 (páginas 86 a 94).

A participação dos 497 municípios no PIT possibilitou alguns avanços, como no percentual de municípios que desenvolveram ao menos uma ação de cada um dos cinco grupos de ações. O “Grupo 1 – Educação Fiscal”, por exemplo, chegou no seu topo histórico de 95,2% dos municípios pontuando, sendo este índice de 78,9% no semestre anterior.

O “Grupo 2 - Incentivo à emissão de documentos fiscais” também atingiu seu topo histórico, alcançando a marca de 100%, o que significa dizer que todos os 497 municípios desenvolveram ao menos uma das ações do Grupo (atualmente duas das ações do grupo são calculadas automaticamente, independentemente de o município realizar a prestação de contas ou não).

O mesmo não ocorreu no “Grupo 4 - Gestão de Informação do Setor Primário”, pois um município não desenvolve a ação. Anteriormente, outros municípios também não pontuavam neste Grupo em virtude de não serem signatários do convênio PIT na época.

Em nova fase, projeto de educação fiscal “Sapiência e Enrolado” terá encontros em 50 municípios gaúchos

O projeto de educação fiscal "Sapiência e Enrolado" entrou em uma nova fase, com encontros programados em 50 municípios do Rio Grande do Sul até 2025. Depois de impactar cerca de 6 mil alunos em 20 cidades na primeira etapa, a iniciativa segue na busca por promover a temática de forma lúdica e interativa, utilizando o livro homônimo como ferramenta principal.

Coordenado pela DRCM - Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual (RE) no âmbito do Grupo Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (Gefe/RS), "Sapiência e Enrolado" visa despertar a consciência social e fiscal em crianças. A publicação aborda temas como organização social, cidadania, tributos e seus benefícios para a coletividade. Os livros já enviados a escolas alcançam mais de 27 mil alunos e estão disponíveis nas bibliotecas. O trabalho também conta com uma versão cantada da história – os colégios participantes terão palestras musicadas com o cantor e escritor Rodrigo Munari, que utiliza a canção para promover o aprendizado.

As palestras nas escolas também contarão com a participação de representantes das delegacias da Receita Estadual, que atuarão como porta-vozes da subsecretaria em diferentes regiões gaúchas. Um dos focos será apresentar o programa Nota Fiscal Gaúcha aos estudantes.

Entre os municípios selecionados para receber as palestras estão os com menor pontuação nos eixos de educação fiscal no Programa de Integração Tributária (PIT), cidades que são referência no tema e lugares afetados por eventos climáticos. Dessa forma, também é ofertada a oportunidade para as prefeituras aumentarem suas pontuações no PIT, fortalecendo a arrecadação estadual do ICMS e, conseqüentemente, os repasses de recursos.

Há um conjunto de municípios que já confirmaram a adesão, enquanto os demais seguem em tratativas, conforme os procedimentos normais entre o projeto de Educação Fiscal e as prefeituras. Os municípios contemplados e já agendados são: Bossoroca, São Luiz

Gonzaga, São Miguel das Missões, Entre-Ijuís, Santo Ângelo, Muçum, Anta Gorda, Charrua, Quatro Irmãos, Barros Cassal, Roca Sales, São Gabriel, Rosário do Sul, Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, Sapiranga, Tavares, Vale do Sol, Candelária, Vale Verde, Butiá, Rolante, Tramandaí, Alvorada, Gravataí, Faxinal do Soturno, Quevedos, São José dos Ausentes, Caraá, Lagoão, Arambaré, Jaguarão, Miraguaí e Ametista do Sul.

Na obra, o rio Precioso conta a história de dois povoados que foram se constituindo nas suas margens: Sapiência e Enrolado. No primeiro, a sociedade entende a importância dos tributos e vive em harmonia, com justiça e acesso a serviços. No segundo, há sonegação e uma vida com desequilíbrio e egoísmo.

Um vídeo que mostra a primeira fase do projeto pode ser conferido [neste link](#).





Música, leitura e aprendizado: projeto de educação fiscal da Sefaz encerra 2024 com mais de 9,3 mil alunos impactados

A Sociedade Recreativa e Cultural Roca-Salense foi o palco da última apresentação de 2024 do projeto de educação fiscal “Sapiência e Enrolado”, realizada dia 5 de dezembro. Alunos de escolas municipais de Roca Sales, no Vale do Taquari, lotaram o espaço para acompanhar as dinâmicas e palestras da iniciativa, que busca desenvolver noções de educação fiscal e consciência coletiva nas crianças. O trabalho é coordenado pela Sefaz, por meio da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual e do Programa de Educação Fiscal.

A ideia surgiu a partir do desejo das equipes de estimularem reflexão sobre o papel dos impostos e sobre atitudes de cidadania que fazem a diferença na sociedade. A partir daí, o cantor, compositor, escritor e filósofo Rodrigo Munari escreveu um livro chamado “Sapiência e Enrolado”. Na obra, o Rio Precioso conta a história de dois povoados que foram se constituindo nas suas margens. No povo Sapiência, as pessoas entendem a importância dos tributos e vivem em harmonia, com justiça e acesso a serviços. No Enrolado, há sonegação e uma vida com desequilíbrio e egoísmo.

O livro, distribuído nas bibliotecas escolares, deu origem a um clipe e a uma música, que está sendo apresentada aos estudantes de diferentes regiões do Estado. A palestra nada convencional convida os alunos a cantarem junto e a participarem do debate, construindo conceitos de empatia, respeito e cidadania por meio do estímulo à criatividade. Em Roca Sales, cidade profundamente afetada pelas últimas enchentes, a união para a reconstrução também foi um tema abordado.

“O legal dessas palestras é que elas sempre são diferentes umas das outras, pois vão sendo conduzidas a partir das falas dos estudantes. Eles se voluntariam, participam e se divertem, saindo daqui com conhecimento adquirido por meio do lazer e do protagonismo que é dado a eles”, conta a coordenadora do projeto, Tamara Dentee, que conversou com os alunos.

Todos os eventos estão recebendo também a participação de um representante da DRCM e mais um

representante da Delegacia da Receita Estadual da região do evento, assim como ocorreu em Roca Sales, com a presença do Delegado da 13ª Delegacia da Receita Estadual, Marcelo Schmitz. Ele faz uma explicação direcionada aos estudantes sobre o programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), detalhando o porquê de esse ser um instrumento de exercício da cidadania e trazendo dez vantagens para quem faz a adesão.

A secretária de Educação e Cultura da cidade, Liane Werner Capalonga, agradeceu o empenho das equipes e a parceria: “Depois dessas enchentes, dessa tragédia, ter um olhar de solidariedade, de compreensão, um olhar diferenciado como vocês tiveram, foi de grande valia. Obrigada pelo projeto realizado e por terem trabalhado com os nossos alunos sobre educação fiscal, sobre a importância dos tributos, dos impostos. Deu para percebermos o quanto eles se conscientizaram da importância de dar valor ao que é público e de cuidar do que é de todos”, concluiu.

Crianças e adolescentes mais felizes

Em sua primeira fase, o projeto “Sapiência e Enrolado” visitou 20 municípios gaúchos e distribuiu 10 mil livros para bibliotecas escolares. Mais de 6 mil crianças e adolescentes participaram das palestras musicadas.

Antes de ingressar nos eventos, os alunos responderam a um questionário sobre como estavam se sentindo. Após as apresentações, foram convidados a preencher os formulários novamente. O levantamento da DRCM apontou que 57% saíram mais felizes do que entraram, e outros 25% foram para casa querendo saber mais sobre o assunto. Menos de 20% avaliaram negativamente ou não responderam.

Na segunda fase, que está em andamento, a iniciativa pretende

chegar a outras 50 cidades, distribuir 12,5 mil obras físicas e impactar mais de 15 mil estudantes presencialmente. Em 2024, foram 35 municípios recebendo os eventos, somando 9,3* mil jovens — os demais serão contemplados ao longo de 2025.

As cidades foram selecionadas conforme critérios que buscam maior impacto social. Um deles é ser signatária do PIT e ter mais de 100 estudantes matriculados na rede municipal. Prefeituras com baixa pontuação nas ações de educação fiscal e as que são referência no tema entraram na lista, que também considerou critérios de regionalização. Além disso, essa fase contempla ainda locais atingidos por eventos climáticos, buscando ajudar na reconstrução das comunidades.

* Números atualizados



SITES E REDES SOCIAIS

O site de Educação Fiscal (<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>) tem o objetivo de proporcionar maior interatividade e espaço para o compartilhamento das ações de educação fiscal no Estado, conectando uma rede de pessoas para troca de experiências e conhecimentos sobre o tema. As principais funcionalidades são o calendário de eventos para divulgação de cursos e seminários, os materiais pedagógicos para download e o mapa com a compilação das legislações municipais sobre Educação Fiscal existentes no Estado.

Do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2024, o site registrou 79 mil visualizações de 36 mil usuários. Cabe ressaltar que em decorrência do desastre climático que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul no mês de maio o site ficou fora do ar durante o período retornando no dia 18 de junho.



<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>



<https://www.facebook.com/EducFiscalRS/>



MÍDIA E IMPRENSA

Artigo sobre os 21 anos do Programa Estadual de Educação Fiscal é publicado no Jornal do Comércio

O Jornal do Comércio publicou, na edição do dia 10 de julho do caderno semanal JC Contabilidade, um artigo sobre os 21 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF-RS). De autoria da Técnica Tributária da Receita Estadual Tamara Dentee, que atua na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM), o texto destaca a importância de fortalecer a educação fiscal como forma de resgatar a finalidade do Estado para a sociedade.

O artigo também salientou aspectos como a função social dos tributos, a necessidade da adequada alocação dos recursos públicos, o papel do Estado na tragédia das enchentes e o exemplo do Devolve ICMS como ferramenta para combater o caráter regressivo da tributação, aumentando o poder de compra dos mais pobres.

Leia ao lado o artigo na íntegra.



Educação fiscal: um caminho para a justiça social

A pesquisa mais recente da ONG Latinobarômetro, de 2023, acende um alerta para todas as esferas de governo. Metade dos brasileiros considera justificável a sonegação de impostos, um aumento de 25% em relação a 2011. Isso indica um crescente desprezo pelo pagamento de impostos e um enfraquecimento do senso de coletividade, importante para compreender a função social dos tributos. Para reverter esse quadro, é fundamental fortalecer a educação fiscal. A promoção de ações educativas eficazes é a base para resgatar a finalidade do Estado, que é prestar serviços públicos essenciais com recursos arrecadados por meio de impostos. É o dinheiro dos tributos que possibilitará, por exemplo, a reconstrução do Rio Grande do Sul após a maior tragédia ambiental da história gaúcha.

No início, enquanto a urgência era salvar vidas, foram essenciais as ações públicas e privadas. Após esse período, as pessoas físicas e jurídicas retornam às suas rotinas e funções. Neste momento, é o Estado que fica para cumprir sua verdadeira função de prover o bem-estar social, o que só é possível com os recursos de impostos. O Estado é perene e mantém uma estrutura capaz de atender a sociedade a longo prazo.

A educação fiscal difunde o conceito da função social e da necessidade do tributo para o funcionamento e organização da sociedade. Impostos são ruins quando desviados ou mal aplicados. É importante também educar sobre a forma de alocação dos recursos, que depende da avaliação constante das políticas públicas. Outro pilar pedagógico é a reversão do caráter regressivo da tributação, tema do qual o Rio Grande do Sul é exemplo. Desde 2021, o programa Devolve ICMS restitui parte do imposto estadual para famílias de baixa renda - um mecanismo que aumenta o poder de compra dos mais pobres e torna o ICMS gaúcho o menos regressivo do país.

Esse é o espírito público do Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF-RS), ligado à Receita Estadual, que celebrou 21 anos em junho. Difundir a ideia de que o imposto pago retorna à sociedade em forma de bens e serviços públicos é o compromisso central do PEF-RS, que continuará como um agente transformador na promoção da justiça social.

Tamara Dentee, Analista Tributária da Receita Estadual e membro do Grupo Estadual de Educação Fiscal

EXPEDIENTE

Divisão de Relacionamento com
Cidadãos e Municípios (DRCM)
Seção do Programa de Integração Tributária (PIT)

CONTATO: (51) 3214.5020

 drcm@sefaz.rs.gov.br

ENDEREÇO: Caldas Júnior, 120 - 13º andar -
Centro Histórico, Porto Alegre – RS



<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>